

Fim do ICMS diferenciado é melhor para empresas e consumidor de maior renda

A proibição por parte do STF da cobrança diferenciada de ICMS para energia e telecomunicações deve beneficiar mais as empresas e os consumidores residenciais de maior renda e consumo, avaliam especialistas.

Na última segunda-feira (22), o Supremo formou maioria para impedir que os estados cobrem as tarifas diferenciadas do tributo. A ação havia sido apresentada pelas Lojas Americanas, contra uma lei catarinense de 1996 que estabeleceu alíquota de 25% para essas duas áreas, ante os 17% cobrados de ICMS no geral.

Por se tratar de um preço administrado, se o ICMS da operação for menor, o preço também cai, explica. Mas isso ocorreria após o trânsito em julgado da decisão do Supremo e se a repercussão afetar os contribuintes de todos os estados.



Em 2012, o caso chegou ao Supremo e chegou a ter seu julgamento iniciado no começo deste ano, até que um pedido de vista (mais tempo para analisar o tema) do ministro Dias Tofoli interrompeu a tramitação.

O peso do imposto sobre a conta de luz muda de um estado para o outro. No caso de São Paulo, a legislação prevê alíquota de 12% para consumo residencial de até 200 kWh

por mês e 25% para consumo mensal acima de 200 kWh.

Com a energia elétrica para consumo comercial, industrial, serviços e poder público a regra é de cobrança de tarifa de 18%.

Já no Rio, a alíquota efetiva de ICMS é de 20% para quem não se enquadra na tarifa social e consome até 300 kWh por mês, de 31% para acima de 300 kWh e 32% para acima de 450 kWh, segundo relatório da ABDG (Associação Brasileira de Energia Distribuída).

“Como essa regra não é uniforme, alguns estados aplicam as alíquotas majoradas para os consumidores residenciais em geral, dando isenção apenas para os de baixa renda que consomem até 90 kWh”, diz Mariana Kubota, do Stocche Forbes Advogados.

“O ICMS é importante fonte de receita para os estados. As ações foram ajuizadas pelas próprias empresas consumidoras desses serviços”, explica Breno Vasconcelos, sócio do escritório Mannrich e Vasconcelos.

Douglas Gravas/Folhapress

Economia



Guedes acusa bancos de erro ou militância política em previsões para 2022

Página - 03

Receita libera consulta a lote residual do IRPF de novembro

Página - 03



Tesouro Direto: retornos de prefixados com vencimento menor avançam e chegam a 12,3% ao ano

Página - 05

Stone e PagSeguro desabam: 'o trade das fintechs está morrendo' Pág -05

Política

Bolsonaro não se opõe a Auxílio Brasil de R\$ 400 permanente, mas é preciso fonte de recurso, diz ministro

Página - 04



No Mundo

Europa pode ultrapassar 2 milhões de mortos por Covid até março, diz OMS



O número de mortos por Covid na Europa pode chegar a 2,2 milhões em março do ano que vem, afirmou nesta terça (23) Hans Kluge, diretor para o continente da OMS se mantidas as tendências atuais.

Escapar deste “marco sombrio” exige adotar uma atitude de “vacina mais”, afirmou Kluge. “Isso significa ser vacinado, tomar o reforço se oferecido e ao mesmo tempo usar máscaras, manter distância, ventilar espaços internos, lavar as mãos e espirrar no cotovelo.”

De acordo com o diretor da entidade, está nas mãos de cada um “evitar tragédias e perdas desnecessárias” e

limitar mais perturbações à sociedade e às empresas durante o inverno.

Por causa da quarta onda, Letônia, Holanda e Áustria reimpuseram confinamento e outros países apertaram medidas, provocando também insatisfação e protestos —alguns terminaram em violência.

Desde o começo da pandemia, 1,5 milhão de europeus morreram por causa do coronavírus nos 53 países acompanhados pela entidade.

A média de óbitos diários vem crescendo desde o final do verão europeu e, de acordo com a OMS dobrou, de 2.100 no final de setembro, para 4.200 na semana passada.

Segundo levantamento do Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde, a Covid é hoje a principal causa de mortes na Europa e na Ásia Central, e as estimativas são de que a pressão sobre hospitais fique alta ou extrema em 25 dos 53 países, entre este final de mês e 1º de março.

A perspectiva para as UTIs é ainda mais preocupante: a pressão alta ou extrema só não é esperada em apenas 4 países —Malta, Suíça, Cazaquistão e Israel, que estão na área acompanhada pela seção europeia da OMS.

De acordo com a entidade, há três principais fatores que impulsionam a alta transmissão atual de Covid.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress

Rússia vai retomar importação de carnes bovina e suína do Brasil

A Rússia retomará a importação de carne bovina e suína de 12 unidades brasileiras nesta semana, disse o regulador de segurança sanitária do país nesta terça-feira.

A maioria das restrições aos produtores brasileiros de carne bovina e suína pela Rússia está em vigor desde 2017, devido a alegações do uso do aditivo ractopamina na alimentação das criações, o que grupos brasileiros da indústria de carne negaram.

No mês passado, a Rússia já havia permitido a importação de carne bovina de três grandes exportadoras brasileiras.

A nova liberação, a partir de 25 de novembro, envolve nove unidades de suínos e três de carne bovina.

O departamento russo Rosselkhozadzor não revelou os nomes dos frigoríficos.

“O Rosselkhozadzor continua trabalhando na ampliação da lista de produtores brasileiros certificados para fornecer carne bovina à Rússia”, afirmou.

A liberação acontece após a ministra da Agricultura brasileira, Tereza Cristina, ter se reunido em Moscou na semana passada com o chefe do Serviço Federal de Vigilância Veterinária e Fitossanitária da Rússia, Sergey Dankvert, que ainda garantiu a realização de uma visita de inspeção ao Brasil, no primeiro trimestre de 2022, visando habilitação de novas plantas frigoríficas brasileiras para exportação.

Reuters/ABR



Israel se diz pronto para intensificar confronto com o Irã



O primeiro-ministro de Israel, Naftali Bennett, indicou terça (23) uma prontidão para intensificar o confronto de Israel com o Irã e reiterou que seu país não se ateria a nenhum novo acordo nuclear iraniano com potências mundiais.

Negociações indiretas começarão no dia 29 próximo visando reativar o acordo de 2015, que o ex-presidente norte-americano Donald Trump abandonou por considerar insuficiente para encerrar projetos com potencial para a criação de bombas, uma opinião com-

partilhada pelos israelenses.

Desde o rompimento dos Estados Unidos, o Irã, que nega buscar armas nucleares, viola o acordo ampliando o enriquecimento de urânio.

Bennett, que assumiu o cargo em junho, disse em um discurso que o Irã está no “estágio mais avançado de seu programa nuclear”.

Embora seu governo tenha dito anteriormente que estaria aberto a um novo acordo nuclear com restrições mais duras ao Irã, Bennett reafirmou a autonomia de Israel para agir contra a República Islâmica.

“Enfrentamos tempos

complicados. É possível que haja disputas com os melhores de nossos amigos”, disse ele em uma conferência televisada na Universidade Reichman.

“Em todo caso, mesmo que haja uma volta a um acordo, Israel, é claro, não é uma parte do acordo e Israel não tem obrigações com o acordo”, afirmou.

Sem chegar a ameaçar uma guerra explicitamente, o primeiro-ministro disse que tecnologias cibernéticas e o que considera vantagens de Israel por ser uma democracia e ter apoio internacional podem entrar em jogo.

Reuters/ABR

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Guedes acusa bancos de erro ou militância política em previsões para 2022



O ministro da Economia, Paulo Guedes, criticou em entrevista ao jornal Financial Times as previsões feitas por bancos de estagnação ou mesmo encolhimento da economia em 2022.

“Claro que [os bancos] estão errados. Ou eles estão errados ou eles são militantes politicamente. Eles estão tentando afetar a eleição... Eles ainda não aceitaram a eleição de Bolsonaro”, afirmou o ministro.

No final de outubro, o Itaú Unibanco revisou a projeção para desempenho do PIB no ano que vem, de uma alta de 0,5% para uma queda de 0,5%.

“Notícias sobre o aumento dos gastos fiscais aumenta-

ram as dúvidas sobre o futuro do arcabouço fiscal no Brasil, que desde 2016 tem sido baseado em um teto de gastos ajustável”, escreveu o banco em sua análise, logo após a divulgação de que o governo driblaria o teto com a PEC dos Precatórios para ampliar gastos em ano eleitoral.

Além do Itaú, a Asa Investments e a MB Associados também revisaram para pior suas estimativas para 2022. A Asa projeta uma recessão técnica no primeiro semestre de 2022, enquanto a MB vê um cenário de estagflação (preços em alta e atividade econômica fragilizada) no próximo ano.

Economistas ouvidos pelo Banco Central também têm piorado suas estimativas para o PIB. Na pesquisa Focus mais recente, divulgada

nesta segunda (22), a expansão da economia no próximo ano foi reduzida de 0,93% para 0,70%.

O próprio governo vem revisando para baixo suas estimativas para a economia, embora ainda projete expansão.

Em sua análise mais recente, o Ministério da Economia reduziu de 2,5% para 2,1% sua projeção de crescimento do PIB em 2022.

De acordo com o ministério, o principal fator doméstico para o corte é a deterioração das condições financeiras no país, com elevação dos juros. As taxas têm sido estimuladas pelo avanço da inflação e pela desconfiança do mercado em relação às contas públicas, impulsionada principalmente pela discussão da PEC dos Precatórios. Folhapress

Receita libera consulta a lote residual do IRPF de novembro

Já está disponível para consulta o lote residual de restituição do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) do mês de novembro de 2021. O lote inclui também restituições residuais de exercícios anteriores. Segundo a Receita, o crédito bancário para 260.412 contribuinte será realizado no dia 30 deste mês, no valor total de R\$ 450 milhões.

Além de contribuintes que têm prioridade legal, como idosos, pessoas com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave e aqueles cuja maior fonte de renda é o magistério, também estão nesse lote 199.668 contribuintes não prioritários que entregaram a declaração até o último dia 9.

Para saber se a restituição está disponível, o contribuinte deve acessar a página da

Receita na internet, selecionar em Meu Imposto de Renda e, em seguida, em Consultar a Restituição. A página apresenta orientações e os canais de prestação do serviço, permitindo a consulta simplificada ou completa da situação da declaração, por meio do extrato de processamento, acessado no e-CAC.

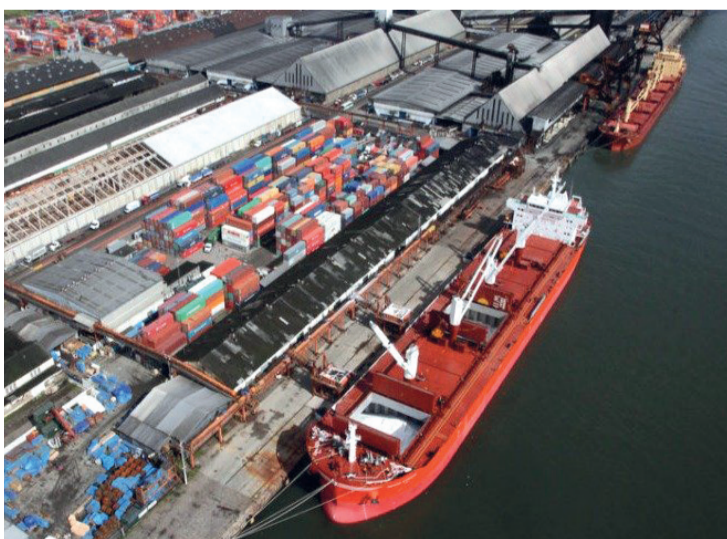
Se identificar alguma pendência na declaração, o contribuinte pode retificá-la, corrigindo as informações que porventura estejam equivocadas.

A Receita disponibiliza, ainda, aplicativo para tablets e smartphones que possibilita consultar diretamente nas bases da Receita Federal informações sobre liberação das restituições do IRPF e a situação cadastral de uma inscrição no CPF.

Karine Melo/ABR



Mudança climática já é ameaça a portos brasileiros, diz estudo



Os portos brasileiros já sentem efeitos das mudanças climáticas e as perspectivas são de que as ameaças se agravem nos próximos anos, com impactos que podem gerar riscos para a operação e para a economia do país.

A conclusão é de estudo feito pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) em parceria com a GIZ, braço da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de identificar os riscos e apontar medidas mitigadoras.

Segundo o estudo, a principal ameaça está no risco de vendavais, que já afeta sete portos –entre eles o de Santos, o maior do país– e pode se tornar um problema

futuro para outras nove instalações na costa brasileira.

O risco de tempestades já afeta nove portos, mas não há previsão de mudanças significativas no longo prazo. Em 11 dos 21 portos pesquisados, a estimativa que a elevação do nível dos oceanos gere riscos altos ou muito altos a partir de 2030.

“Os impactos nas operações portuárias em função da mudança do clima já são uma realidade no Brasil, e, mantidas as condições atuais, há uma tendência de piora neste cenário”, afirma o texto, divulgado nesta segunda-feira (22) pela Antaq.

“A partir desse relevante diagnóstico, faz-se necessário uma concertação de ações entre governos, autoridades

portuárias e agência reguladora para mitigar os impactos da mudança do clima nos portos brasileiros”, completa.

O estudo alerta que a ocorrência de vendavais, tempestades e ressacas pode levar à interrupção da navegação nas regiões portuárias e até mesmo à inundação de pátios de terminais e áreas próximas, como zonas urbanas.

“Além disso, esses impactos, em conjunto, acarretam aumento dos custos dos complexos marítimos e afetam ainda a durabilidade e resistência das instalações e das infraestruturas portuárias frente às condições climatológicas adversas”, diz.

Os portos são responsáveis por 95% da corrente de comércio exterior do país. Folhapress

Política

Guedes admite que offshore foi usada para escapar de impostos nos Estados Unidos



O ministro Paulo Guedes (Economia) admitiu nesta terça-feira (23) que enviou recursos para sua empresa sediada em paraíso fiscal (offshore) para escapar de impostos cobrados nos Estados Unidos e confirmou que parentes permanecem ligados à companhia. A estratégia também evita tributos no Brasil.

Segundo o ministro, o envio dos recursos à empresa foi feito entre 2014 e 2015 para investimento em ações americanas. Guedes afirmou que recebeu na época a sugestão de conselheiros, como uma forma de evitar os tributos nos Estados Unidos no caso de sua morte.

A legislação americana taxa em quase 50% os recursos de pessoas físicas repas-

sados a herdeiros. No Brasil, os estados fazem cobrança parecida por meio do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) -que chega a até 8%.

“Se você tiver uma ação no nome da pessoa física e falecer, 46% é expropriado pelo governo americano [...]. Então, se você usar offshore, você pode fazer esse investimento. Se você morrer, em vez de ir para o governo americano, vai para a sucessão”, disse.

A offshore de Guedes, de sua esposa e de sua filha nas Ilhas Virgens Britânicas, conhecido paraíso fiscal, foi revelada por reportagens publicadas por veículos como a revista Piauí e o jornal El País, que participam do projeto do Consórcio Internacio-

nal de Jornalistas Investigativos (o ICIJ).

O uso de paraísos fiscais é um problema global discutido há anos por órgãos como OCDE (Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico) e Oxfam. De acordo com especialistas no tema, a estratégia alimenta a desigualdade pelo mundo ao retirar dos cofres públicos recursos que poderiam ser usados para políticas como saúde, educação e benefícios sociais.

As declarações do ministro são dadas no momento em que o Brasil acumula oito anos de contas no vermelho, tem dívidas acima de R\$ 5,4 trilhões e busca como elevar a verba prevista para o Auxílio Brasil (substituto do Bolsa Família). Fábio Pupo/Folhapress

Bolsonaro não se opõe a Auxílio Brasil de R\$ 400 permanente, mas é preciso fonte de recurso, diz ministro



O ministro da Cidadania, João Roma, afirmou nesta terça-feira (23) que o presidente Jair Bolsonaro não se opõe à ideia de tornar permanente o valor de R\$ 400 para o Auxílio Brasil, mas ressaltou que isso só é possível caso haja identificação da fonte de recurso orçamentária.

Questionado após participar de audiência pública na Câmara, o ministro não disse, porém, se o governo está procurando essa fonte de recurso para bancar a proposta.

A elevação do Auxílio Brasil -que sucedeu o Bolsa Família- a R\$ 400 depende ainda da aprovação da PEC dos Precatórios pelo Senado, para que seja aberto espaço

PSDB contrata empresa para testar novo app que pode ser usado em prévias

Após falhas registradas na votação das prévias presidenciais no último domingo (21), o PSDB anunciou a contratação de uma empresa privada que terá o aplicativo testado pelas campanhas dos governadores João Doria (SP) e Eduardo Leite (RS) para eventualmente substituir a ferramenta da fundação responsável pelo app original.

As campanhas de Doria, Leite e do ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio (AM) deram aval para testarem o novo aplicativo D.Vota, da RelataSoft, empresa de tecnologia eleitoral que faz parte do projeto Eleições do Futuro do TSE.

O anúncio foi feito nesta terça-feira (23) na sede do partido em Brasília.

Em entrevista à imprensa nesta terça, Doria e Virgílio disseram estar de acordo com

o uso do aplicativo alternativo e fizeram elogios ao presidente do PSDB, Bruno Araújo, por dialogar com os candidatos.

Doria afirmou manifestar “nossa posição favorável à nova tecnologia adotada pelo PSDB para que as prévias possam ser realizadas de forma segura, soberana e ampla”. O governador paulista ressaltou o acordo entre as campanhas para que as prévias terminem até domingo (28).

No último domingo, o PSDB fez uma votação híbrida. Num evento em Brasília, feito para anunciar o vencedor, mas que terminou de forma melancólica sem conclusão, puderam votar por meio de urnas eletrônicas os prefeitos e vices, deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores e vices e os ex-presidentes do partido.

Danielle Brant/Folhapress



orçamentário para o gasto. O valor, porém, só valeria até dezembro de 2022.

“O benefício transitório de R\$ 400 é uma resposta de fortalecimento, da área econômica, nesse período em que estamos saindo da pandemia, mas em que os efeitos sociais e econômicos da pandemia ainda não estão passando, em especial, para a faixa mais pobre da nossa população”, afirmou Roma, após a audiência pública.

“Fazer com que esse benefício seja permanente seria muito bom, seria um fortalecimento para a política de assistência social. Ocorre que precisamos identificar a fonte de recursos para isso. Uma vez identificada, seria

uma coisa muito positiva.”

Diante da informação de que a base governista no Senado apoia tornar permanente o valor, Roma reafirmou a necessidade de identificação da fonte orçamentária.

“Não há oposição, o presidente Bolsonaro está determinado em ajudar os brasileiros mais necessitados, mas para tornar esse benefício permanente é preciso identificar a fonte de financiamento”, disse o ministro.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é pré-candidato à Presidência da República, afirmou considerar “inteligente” as propostas de manter o valor de R\$ 400 para além de dezembro de 2022. Ranier Bragon/Folhapress

Tesouro Direto: retornos de prefixados com vencimento menor avançam e chegam a 12,3% ao ano



O radar dos agentes financeiros segue focado nesta terça-feira (23) nos desdobramentos da PEC dos Precatórios. Hoje, quarta-feira (24), o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), relator da proposta, deve apresentar o texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Nesse contexto, investidores pedem cada vez mais juros para emprestar ao governo, diante do aumento dos riscos fiscais e da subida das projeções para a inflação oficial neste ano, o que exigiria uma postura ainda mais contracionista do Banco Central sobre a Selic. Com isso, o mercado de títulos públicos negociados no Tesouro Direto opera com avanço nas taxas na atualização das 15h21.

Mais uma vez, o destaque está nos retornos oferecidos pelos papéis prefixados, que chegaram a aumentar 14 pontos-base (0,14 ponto percentual), na abertura dos negócios, mas depois recuaram um pouco para até 12 pontos-base, durante a tarde. O Tesouro Prefixado 2024, por exemplo, oferecia juro de 12,30%, na atualização das 15h21, contra 12,32% ao ano, no início do dia. Na sessão anterior, o percentual que esse papel remunerava era de 12,18%.

No mesmo horário, a rentabilidade oferecida pelo Tesouro Prefixado 2026 era de 12,07% ao ano, abaixo dos 12,10% ao ano, da abertura das negociações, o que representa um avanço de 9 pontos-base (0,09 ponto percentual) em relação ao pa-

tamar registrado segunda.

Da mesma forma, o juro oferecido pelo Tesouro Prefixado 2031 era de 11,81%, frente aos 11,85% do começo da manhã. Ainda assim, o percentual está acima dos 11,77% ao ano vistos um dia antes. Com isso, a diferença entre a remuneração do título de prazo mais curto (2024) e o de prazo mais longo (2031) chegava a 49 pontos-base durante a tarde.

Ou seja: voltou a se aproximar dos patamares vistos nos dias de maior estresse fiscal quando a distância entre os dois papéis alcançou 51 pontos-base. Entenda o que explica esse fenômeno em que os papéis de vencimento mais próximo oferecem juros maiores do que os de prazo mais alongado.

Infomoney

Barsi explica por que investidor não deve se preocupar com queda da bolsa

A queda acumulada do Ibovespa de mais de 13% em 2021 pode ter deixado muitos investidores receosos, não sem razão. O persistente risco fiscal, a incerteza política a um ano da eleição e o aumento da taxa de juro no país são necessários pontos de atenção para quem investe. Entretanto Luiz Barsi Filho, 82, um dos maiores investidores individuais da bolsa brasileira, afirma não estar preocupado.

“Sempre me pergunto o que eu acho da bolsa e do mercado. Eu não acho nada. Eu não me preocupo. Sabe por quê? Eu não olho para eles”, disse em entrevista na sede Conselho Regional de Economia

de São Paulo (Corecon-SP).

O foco do bilionário investidor, que tem uma fortuna estimada em 2 bilhões de reais, é o desempenho das empresas listadas, independente do cenário econômico ou político. “Eu sempre avalio o projeto da empresa, como ela se comporta e seus números.”

Barsi destacou ainda que avalia o compromisso dos controladores e dos gestores da companhia. Um exemplo para ele são as empresas de papel e celulose: Klabin (KLBN11) e Suzano (SUZB3). “No caso da Klabin, a família inteira tem ações da empresa. O controlador tem garra com a empresa, ele investe. Por isso, ela evoluiu muito nos últimos tempos.”

Exame



Stone e PagSeguro desabam: ‘o trade das fintechs está morrendo’



Stone e PagSeguro mergulharam na Bolsa mais uma vez, em meio a uma reprecificação dramática da tese de investimento em fintechs ao redor do mundo.

Em Nova York, a Square cai 7% no início da tarde, e na Índia, a Paytm, que fez seu IPO na quinta-feira, caiu 40% entre sexta-feira e terça.

“O trade das fintechs de pagamento está morrendo,” um analista do setor disse ao Brazil Journal.

No Brasil, o Bradesco BBI cortou sua recomendação para as adquirentes brasileiras, e analistas do buy-side disseram estar preocupados com uma potencial alta da inadimplência.

No início da tarde, a ação da Stone caía mais de 13%

na Nasdaq, negociada a US\$ 16,60, um novo all-time low. Já a PagSeguro perdia 7% para US\$ 27,66 na NYSE.

O Bradesco revisou para baixo as estimativas para o setor de adquirência e está recomendando aos clientes evitar exposição ao setor.

Os analistas reduziram as recomendações para Stone e PagSeguro, e mantiveram o neutral para a Cielo, que é controlada por Bradesco e Banco do Brasil.

Os analistas dizem que o ambiente de negócios será mais desafiador para essas empresas em 2022 por conta do cenário de alta dos juros, que encarece o funding, e da maior pressão nos custos operacionais, diante de mais necessidade de investimento e de novas estratégias co-

merciais. A Stone ainda tem o desafio de curto prazo de integrar a Linx; e a PagSeguro tem investido muito no PagBank, escreveram os analistas Otavio Tanganelli, Gustavo Schroden e Eric Ito.

O Bradesco reduziu o preço-alvo da Stone de US\$ 49 para US\$ 17 e rebaixou a recomendação de neutral para underperform. A estimativa para o lucro da empresa em 2022 baixou 58% para R\$ 745 milhões.

A recomendação para PagSeguro saiu de outperform para neutral. O preço-alvo saiu de US\$ 63 para US\$ 33, e a estimativa para o lucro em 2022 caiu 33% para R\$ 1,66 bilhão.

Já a recomendação para a Cielo foi mantida em neutral.

Brazil Journal

... continuação

res), ii) **Risco de liquidez**: Exposição ao risco de liquidez. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes no final do período de relatório, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixa futuro, meses	6 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos	19. Imposto de renda e contribuição social – a) Conciliação da taxa efetiva			
						Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Consolidado	Valor con-incluindo	de caixa futuro, meses	6 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Passivos financeiros não derivativos						16.510	4.393	16.253	4.394
Empréstimos e financiamentos	44	44	44	-	-	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
Arrendamento mercantil	4.904	4.904	538	539	409				
Fornecedores e outras contas a pagar	3.035	3.035	3.035	-	-				
Obrigações por aquisição de investimento	31.103	31.103	3.000	6.350	12.752				
Dividendos a pagar	2.484	2.484	2.484	-	-				
Partes relacionadas	603	603	603	-	-				
Total	42.173	42.173	9.704	6.889	13.161				

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. iii) **Risco de mercado**: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Instrumentos financeiros derivativos**: A Companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios de 30/06/2021 e 31/12/2020. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **Risco da taxa de juros**: A Companhia está exposta as variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de negociação de taxa fixa. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nos outros investimentos financeiros. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Perfil dos instrumentos financeiros		
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(44)	(91)
Ativos Financeiros		
Aplicações financeiras	9.314	16.805
Passivos Financeiros		
Fornecedores e outras contas a pagar	2.449	2.784
Obrigações por aquisição de investimento	31.103	2.784
Total	33.552	2.784

c) **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**: Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 30/06/2021 e 31/12/2020. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras e fundos de investimentos de renda fixa. i) **Ativos Financeiros**: Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual o Grupo estava exposto na data base de 30/06/2021, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 4,15% e foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30/06/2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

	Saldo em 30/06/2021	Risco	Cenário		
			Provável (I)	Rio (II)	Cenário (III)
Operação					
Aplicações financeiras consolidadas	9.314	Redução CDI	4,15%	3,11%	2,08%
Recírea financeira			387	290	193
ii) Passivos Financeiros : Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, o CDI médio é de 4,15% em 30/06/2021, foi definido o cenário provável (cenário I) e a partir deste foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 30/06/2021. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi de 30/06/2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade em cada cenário.					
Operação					
Empréstimos e financiamentos	44	Aumento CDI	4,15%	5,19%	6,23%
Obrigações por aquisição de investimento	31.103	Aumento CDI	4,15%	5,19%	6,23%
Despesa financeira	31.147		1.293	1.616	1.939

Armando José Lewis e Sá Filho – Diretor Presidente

Parcerias e Declarações/Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30/06/2021.

Armando José Lewis e Sá Filho – Diretor Presidente

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselho de Administração e Acionistas da Interplayers Soluções Integradas S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Interplayers Soluções Integradas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente de seis e três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Interplayers Soluções Integradas S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de três e seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras toma-

Carlos Alberto de Castro Dutra – CEO

Administradora
Carlos Alberto de Castro Dutra – CEO
Luciana A. da Paixão – Contadora CRC 1SP 248.028/O-1

Parcerias e Declarações/Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480 de 07/12/2009, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30/06/2021.

Armando José Lewis e Sá Filho – Diretor Presidente

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Down e Síntese – Licenciamento de Programa para Compras online S.A.

A aquisição do Top Down foi contabilizada pela Companhia considerando o método de aquisição e representaram valores significativos nas demonstrações financeiras, divulgados na nota explicativa 5. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, pelos julgamentos envolvidos na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e a consequente alocação do preço de aquisição e determinação do ágio, além da magnitude dos montantes envolvidos. **Como nossa auditoria tratou o assunto**: Nossos procedimentos relacionados a combinação de negócio incluíam, entre outros, (i) a leitura dos documentos relacionados às transações, tais como contratos e atas; (ii) o entendimento dos controles internos chave implementados pela Companhia relacionados ao processo de aquisições de empresas; (iii) o envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias utilizadas para determinar e reconhecer o valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos, alocação do preço de aquisição e ágio por expectativa de rentabilidade futura e avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia das combinações de negócio; e (iv) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ativo Intangível decorrente de desenvolvimento de Softwares**: A Companhia investe no desenvolvimento e aperfeiçoamento do software operacional, que envolve a capitalização de custos internos registrado no ativo intangível, cujas análises de viabilidade econômica e determinação da vida útil estimada incluem julgamento significativo por parte da administração. Devido à relevância dos valores de aquisição e amortização, e do julgamento envolvido na análise do prazo de vida útil estimado e recuperabilidade dos gastos capitalizados com desenvolvimento, esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria. **Como nossa auditoria tratou esse assunto**: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, a análise dos critérios utilizados pela administração na determinação dos custos capitalizados no desenvolvimento e ou na aquisição de softwares, testes da análise de viabilidade dos projetos de desenvolvimento e melhorias do software operacional. Avaliamos, também, a razoabilidade das premissas adotadas na determinação da vida útil estimada do software operacional e realizamos o cálculo independente da amortização. Os nossos procedimentos incluíam a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Como resultado de nossos procedi-

... continuação

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles incumbidos pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria con-

tendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

Interplayers Soluções Integradas S.A.

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de

auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de setembro de 2021.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Luiz Carlos Marques
Contador
CRC 1SP 147.693/O-5

Na última hora, juros viram e fecham em baixa com melhora na perspectiva sobre a PEC



A terça-feira reuniu uma série de fatores negativos para embalar a alta dos juros futuros, mas no fim da tarde o noticiário extraoficial sobre o relatório da PEC dos Precatórios trouxe volatilidade para a curva. Na última hora da sessão regular as taxas tiveram uma guinada e viraram para baixo, terminando nas mínimas nos principais contratos, com melhora atribuída a uma perspectiva mais positiva sobre o texto, mas na etapa estendida já devolviam o movimento. A expectativa é a de que o parecer do senador Fernando Bezerra (MDB-PE) seja apresentado amanhã.

Já a alta que conduziu as taxas durante todo o dia decorreu da aversão ao risco trazida pela crise cambial na Turquia que penalizou ativos emergentes de forma genera-

lizada. A retomada da expansão da Covid-19 na Europa e a perspectiva de antecipação do aperto monetário pelo Federal Reserve foram outras variáveis que ajudaram a elevar prêmios. Por aqui, o comportamento das medianas de IPCA ontem na Focus ainda reverbera, às vésperas da divulgação do IPCA-15 na quinta-feira

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou a 12,25% (regular), de 12,347% ontem, e a do DI para janeiro de 2025 caiu de 12,176% para 11,93% (regular). O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de 11,76%, de 12,013%. Na estendida, estes vencimentos fecharam em 12,26%, 11,95% e 11,78%.

A alta das taxas estava relativamente controlada pela

manhã, mas começou a ganhar fôlego com a escalada do dólar, que se firmou acima de R\$ 5,60, com máxima na casa de R\$ 5,66 à tarde, contaminado pela crise na Turquia. A lira intensificou as perdas nesta terça-feira depois que o presidente do país, Recep Tayyip Erdogan, reafirmou sua política econômica intervencionista. Por mais que a realidade brasileira seja diferente, o operador de renda fixa da Terra Investimentos Paulo Nepomuceno afirma que “há contágio”.

Até porque o mercado também vê risco de que o processo do tapering nos Estados Unidos seja acelerado e, com isso, haja antecipação da alta de juros pelo Fed, o que explica o forte avanço da taxa da T-Note de dez anos para 1,65%.

IstoÉDinheiro

Em sessão volátil, Ibovespa sobe 1,50%, aos 103.653,82 pontos

Em tarde volátil, que levou o dólar à vista a R\$ 5,66 na máxima e o Ibovespa a 101.736,31 na mínima – menor nível intradia desde 9 de novembro de 2020 –, a referência da B3 conseguiu se estabilizar e ganhar fôlego no meio da etapa vespertina para fechar a sessão em alta de 1,50%, aos 103.653,82 pontos, renovando máxima do dia na reta final da sessão. Com o avanço das commodities, puxando papéis de grandes empresas da Bolsa, e o índice nos 102 mil ou não muito além disso nos últimos cinco encerramentos, em torno dos menores níveis do ano, houve espaço para alguma recomposição de preços. Em porcentual, o ganho do dia foi o maior desde o último 11 de novembro, quando havia subido 1,54%.

Ainda assim, os fatores de risco externo – crise cambial na Turquia, o espalhamento da nova onda de covid-19 na Europa e apostas na antecipação do aperto monetário pelo Federal Reserve – colocam os emergentes na defensiva, e no Brasil, em particular, o mercado segue com muita

atenção a PEC dos Precatórios no Senado.

O apetite por risco ganhou impulso a partir do meio da tarde com a expectativa de que o governo esteja mais próximo de acordo para concluir a tramitação da PEC na casa revisora, onde tem enfrentado resistências e propostas de alterações significativas. A superação dessa etapa para 2022 seria um ponto a menos na planilha de incertezas para o ano eleitoral, ainda que a forma final da PEC esteja longe do ideal, na visão do mercado.

Por outro lado, o bom desempenho das ações de commodities desde cedo, acompanhando a recuperação dos preços do petróleo e do minério de ferro, deu suporte à referência da B3 na sessão, assim como a performance das ações de grandes bancos (BB ON +3,96%, Bradesco ON +2,48%, Bradesco PN +1,93%; as duas últimas nas respectivas máximas do dia no fechamento, assim como Itaú PN +1,68%) e de siderurgia (Usiminas PNA +4,76%, CSN ON +3,44%).

IstoÉDinheiro



Negócios

Estrela perde batalha na Justiça contra a Mattel, dona da Barbie



A convivência com antigos parceiros de negócios não está deixando boas lembranças para a Estrela. Além do embate envolvendo a Hasbro, para quem deve R\$ 64 milhões em royalties, a fabricante brasileira de brinquedos amarga outra derrota na Justiça, dessa vez para a Mattel, multinacional americana dona da boneca Barbie.

O acórdão emitido em julho pela 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, ao qual a Folha teve acesso, nega pedido de indenização feito pela Estrela contra a Mattel Inc. e a sua subsidiária, Mattel do Brasil. Estrela e Mattel mantiveram por 30 anos uma parceria comercial para produção, comercialização e

licenciamento de brinquedos.

A brasileira queria ser indenizada em R\$ 64,4 milhões após a americana romper a parceria no final dos anos 90, o que a teria deixado no prejuízo. A Estrela alegou ter sido obrigada a retirar a sua boneca Susi do mercado para não atrapalhar as vendas da Barbie. O tribunal, porém, considerou o pedido improcedente.

Segundo a decisão expressa no acórdão, a brasileira “já suportava consideráveis prejuízos financeiros antes do encerramento da parceria com as rés, o que torna duvidosa a alegação de que a deterioração de sua situação financeira decorreu da finalização da relação contratual ‘sub judice’”. O tribunal considerou o argumento descabido.

Ainda segundo a decisão

da Justiça, a situação econômica da Estrela é a maior responsável pelo fato de o contrato entre as partes não ter continuado. “Não há se falar em responsabilização das rés pela não celebração da ‘joint venture’ referida em carta de intenções, visto que, além de se tratar mera de expectativa de negócio, restou comprovado que o negócio não foi celebrado em razão da precariedade da situação financeira da autora”, informa o acórdão.

Além disso, conforme a decisão, a Estrela já havia acordado com a Mattel, em contrato, liberar a americana de “todas e quaisquer ações, processos, custos, danos ou gastos derivados dos Contratos de Licença (inclusive rescisão)”.

Danielle Madureira/Folhapress

Carlyle socorre Madero com R\$ 300 milhões



em caixa para honrar os passivos de curto prazo, o Madero teve de recorrer ao Carlyle para conseguir um alívio nas contas. A firma de private equity se comprometeu a injetar mais R\$ 300 milhões na rede criada por Júnior Durski.

Num acordo assinado no sábado e anunciado ao mercado na manhã de hoje, o Madero informou que o Carlyle fará um aumento de capital na companhia. Ainda não está claro qual a participação adicional comprada pelo Carlyle. A gestora americana já era acionista na rede de lanchonetes desde 2019, quando investiu R\$ 700 milhões por uma fatia de 27,6%.

O Carlyle também ficará com uma pequena parte das ações de Durski, numa tran-

BrMalls (BRML3) e Multiplan (MULT3) descontinuam DeliveryCenter

A Br Malls (BRML3) e Multiplan (MULT3) informaram nesta segunda-feira (22) que vão descontinuar as atividades da Delivery Center.

A Multiplan diz que a decisão não compromete a estratégia de inovação digital da companhia, que se baseia em ciência de dados aplicada à jornada do consumidor, oferecendo benefícios para seus lojistas e clientes ao integrar os mundos físico e digital através do seu aplicativo Multi.

Segundo a Multiplan, a decisão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 19 de novembro de 2021, por acionistas representando mais de 3/4 dos votos. “A descontinuidade das atividades operacionais da Delivery

Center será implantada conforme proposta de plano de ação e cronograma tentativo a serem elaborados por sua administração”, acrescentou.

Já a BrMalls, que também aprovou em AGE a descontinuidade, informa que a iniciativa não impactará a estratégia da companhia, que continua com foco crescente nos pilares da evolução do seu modelo de negócios.

Conforme a BrMalls, o destaque seguirá com o engajamento dos consumidores por meio do programa de relacionamento, iniciativas de omnicanalidade que potencializam vendas dos lojistas e novas receitas e monetização através de mídia digital.

As ações da BrMalls avançam 0,59% nesta segunda-feira, enquanto as da Multiplan sobem 0,33%. Infomoney



sação secundária. A firma de private equity vai comprar 2,4 milhões de ações que pertencem ao empresário, o equivalente a uma participação de 0,76% antes do aumento de capital.

Antes da transação, o fundador do Madero possuía 205,5 milhões de ações, o que lhe dava uma participação de 64,8% na companhia. No fato relevante, a companhia fez questão de frisar que Durski permanece com o controle.

O Madero foi atingido fortemente pela pandemia, e precisou alongar os prazos de empréstimos com os bancos por diversas vezes. A rede pretendia fazer o IPO neste ano para melhorar a situação, mas a operação foi adiada com a piora das condições de mercado.

BTG Pactual, Itaú BBA e Bank of America, que coordenavam a oferta de ações, deram fôlego financeiro à rede, que pretendia usar o dinheiro do IPO para quitar dívidas caras (boa parte com esses mesmos bancos) e continuar o processo de expansão dos restaurantes. Sem o IPO, o Carlyle veio em socorro.

Na semana passada, o Madero evidenciou o aperto financeiro ao divulgar o balanço do terceiro trimestre. Conforme relatou Adriana Mattos, repórter especial do Valor, a rede destacou que vinha buscando linhas de crédito para reduzir os vencimentos de curto prazo. Ao mesmo tempo, o Madero conta com a volta das operações aos níveis pré-covid.

Pipeline Valor